

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

ANC 88

Pasta 06 a 10

Novembro/87

036

Lei da Gravidade

O centrão que se formou agora na Constituinte requer um pouco de atenção nacional, porque tem maior significação política do que supõem os que lhe negavam a possibilidade. Também não se presta ao uso indevido, para fins menores, dos que pretendem se aproveitar da autenticidade que o balizou. A franqueza exige que se reconheça como razão de ser do aparecimento do centro a premissa corretiva do irrealismo que trabalhou boa parte da Constituinte, no plano social e econômico. Nada tem a ver, no entanto, com as questões relativas à natureza do sistema de governo ou com o mandato presidencial.

A viabilidade adquirida pela organização de centro só se apresentou nesta fase dos trabalhos constituintes pelo sentido de reação natural que se fez inevitável. As pesquisas de opinião não pretenderam julgar a opinião pública quando disseram que o perfil predominante da Constituinte eleita era de centro, e com inclinação conservadora. Os trabalhos da Constituinte, no entanto, não confirmavam as pesquisas: mostraram um corte de esquerda em desacordo com as expectativas da sociedade.

As correntes de esquerda, sob o estímulo das galerias e a vigilância dos grupos organizados, projetaram sobre a organização da Constituinte um planejamento que se confundiu com a idéia de armadilha para aprisionar liberais e moderados. Registrou-se inibição dos democratas, seguida de excessiva descontração das esquerdas. Assim que o primeiro esboço da futura Constituição brasileira apareceu, um calafrio percorreu a sociedade: as teses de esquerda, contra a expectativa geral, predominaram na primeira versão. Era inevitável que o acidente gerasse uma reação pelo menos igual e contrária.

Explica-se assim o aparecimento de um firme centro político, a esta altura da questão constituinte, pelo acúmulo de aspectos que causam estranheza à sociedade e coincidem com a mudança do sistema de governo. Há um impulso de ressentimento político no sentido que congregou expressivo número de signatários da mais variada procedência política e ideológica: foi a primeira vez que a maioria da Constituinte mostrou o seu rosto. Sendo assim, é preciso entender a manifestação em seu completo sentido político, e não pelo ângulo dos interesses menores e das ambições.

Antes de mais nada, essa maioria exprime o sentimento de frustração dos constituintes que foram postos à margem da responsabilidade e confinados a um anonimato em desacordo com o sentido dos votos com que se elegeram. Queriam trabalhar e aparecer, para serem julgados pelos eleitores, mas acabaram preteridos. Até agora, depois de tantos meses, só os grupos que integraram as subcomissões e comissões tiveram oportunidades. Por último, os membros da Comissão de Sistematização passaram a dar as cartas, e relegaram a maioria a uma discreta e ociosa presença de fundo. No entanto, foram todos igualmente eleitos para a mesma função.

A Constituinte tomou decisões que não coincidem com as expectativas da modernidade econômica. As chamadas garantias onerosas, inseridas numa visão social e econômica paternalista, inspiram temor

a quem tem responsabilidade empresarial profundamente alcançada pela inflação. Não há empresa (grande, média, pequena ou microempresa) que possa manter-se indiferente às decisões que lançam verdadeiras incógnitas em suas contabilidades: a imprescritibilidade das reclamações trabalhistas, a figura imprecisa e demagógica da demissão imotivada, o aviso prévio em dobro e sem prazo, bem como o próprio critério de remunerar em dobro a hora extra, são portadores de uma carga de inviabilidade econômica comprovada. Sem falar na jornada de trabalho, que o mercado regula, mediante acordo, com mais eficiência que a Constituinte.

Foi exatamente o irrealismo de medidas protecionistas — com ameaças à própria economia das empresas — que disparou o sinal de alerta na atual fase da Constituinte. Equivaleu a um alarme geral para a volta ao realismo: a política é a arte do possível, e os constituintes não podem desconhecer que estão em missão política. Não se trata de produzir uma Constituição sem compromisso com a realidade e sem viabilidade econômica, e sim de criar um documento capaz de atender às reclamações da modernidade econômica e política.

Só pelo sentimento geral, de origem democrática, pode-se explicar o aparecimento desse grupo de signatários de um documento que exprime uma advertência democrática aos exageros que se cruzam à frente da Constituinte. As assinaturas exprimem um sentimento que encorajou os constituintes a se apresentarem no perfil delineado antes pelas pesquisas de opinião, de acordo com a feição social e política predominante no eleitorado. O centrão não tem donos, e muito menos se prestará a qualquer utilização que não seja o essencial, para este país vir a ser uma democracia.

Todas as divergências podem coexistir na Constituinte e se harmonizar na futura Constituição, desde que haja mais critério democrático na aferição da vontade dos eleitos, que terão de prestar contas aos seus eleitores. Aquelas "garantias onerosas" que tanto chocaram a nação, dado que são impraticáveis — não porque sejam onerosas, mas porque não garantem sequer os benefícios que proclamam — assustaram os brasileiros e criaram as condições para que o pensamento do centro democrático reunisse o expressivo número de signatários num documento a ser devidamente considerado.

A questão se resolve naturalmente, desde que seja viabilizada a retificação do irrealismo social e do custo econômico acima das possibilidades das empresas. Nada mais do que a garantia de que não há uma armadilha armada, e de que não haverá a coerção das galerias sobre a liberdade de voto dos constituintes.

Ninguém pode ter a pretensão de valer-se do fenômeno político, que é a materialização de um centro democrático na Constituinte, para utilizá-lo com finalidade que não seja aquela que identifica praticamente a totalidade dos brasileiros: o desejo de viver num regime de liberdades econômicas e políticas. É indispensável que os constituintes se protejam dos rigores do julgamento da História.